



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

**SEGUNDA CÂMARA CÍVEL**

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0289203-5**

**EMBARGANTE:**

**TELEMAR NORTE LESTE S/A**

**Advogado:**

**Erik Limongi Sial (OAB/PE 15.178) e outros, conforme Regimento Interno do TJPE – Art. 66, III.**

**EMBARGADO:**

**ROMERO MARANHÃO CARNEIRO**

**Advogado:**

**Marconi Antônio Praxedes Barreto Jr. (OAB/PE 18.503) e outros, conforme Regimento Interno do TJPE – Art. 66, III.**

**RELATOR:**

**DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO**

**DATA DO JULGAMENTO: 04 DE JUNHO DE 2014**

**EMENTA – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL. OMISSÕES. INEXISTÊNCIA. REEXAME DA MATÉRIA DISCUTIDA NO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE.**

1. Considerando que a fundamentação do aresto atacado se mostra clara, satisfatória e congruente, com o enfrentamento da questão suscitada pelo embargante, inexistente qualquer omissão a ser sanada.


2. Conforme expressamente consignado no Art. 535, I e II do CPC, os embargos declaratórios não tem a finalidade de revisar ou anular pronunciamentos judiciais, não se prestando ao reexame da matéria discutida, mas tão-somente sanar obscuridade, contradição ou omissão que possam alterar a substância do julgado.

3. Embargos de Declaração conhecidos, porém improvidos.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração na Apelação Cível nº 0289203-5, em que são partes as acima nominadas, acordam os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível deste Tribunal, à unanimidade, em conhecer e negar provimento ao recurso, na conformidade do voto do relator e do termo de julgamento que integram o presente aresto.

Recife, 04 de junho de 2014.

  
**Alberto Nogueira Virgínio**  
**Desembargador Relator**



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

## SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

### EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0289203-5

**EMBARGANTE:** TELEMAR NORTE LESTE S/A  
**ADVOGADO:** Erik Limongi Sial (OAB/PE 15.178) e outros, conforme Regimento Interno do TJPE – Art. 66, III.  
**EMBARGADO:** ROMERO MARANHÃO CARNEIRO  
**ADVOGADO:** Marconi Antônio Praxedes Barreto Jr. (OAB/PE 18.503) e outros, conforme Regimento Interno do TJPE – Art. 66, III.  
**RELATOR:** DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

### RELATÓRIO

Cuida-se de Embargos Declaratórios opostos pela TELEMAR NORTE LESTE S/A, em face do acórdão de fls. 755/755v, prolatado quando do julgamento da apelação cível, sob o argumento de que há omissões a serem sanadas.

Alega o embargante, nas suas razões de fls. 760/771, que o acórdão embargado é omisso porque “não houve necessária dissecação da legislação processual civil vigente, mormente no que pertine à incidência da prescrição à luz da legislação societária – art. 287, II, “g”, da Lei Federal nº 6.404/76 (lei das S.A.), incluído pela Lei Federal nº 10.303/2001”, nem “apreciação da questão relativa à responsabilidade do acionista controlador – UNIÃO FEDERAL – à época dos fatos alegados em juízo, amparada pelos arts. 115 e 117 da Lei Federal nº 6.404/76 (Lei das S/A)”. (fls.762/763)


Acrescenta, ainda, “que não poderão ser invocadas as normas protetivas do Código de Defesa do Consumidor para afastar a incidência, ao caso, da Lei das Sociedades Anônimas”. (fls. 764).

Pugna, ao final, para que sejam acolhidos as omissões apontadas nos presentes embargos, a fim de que seja integrada a prestação jurisdicional, efetuando, assim, o prequestionamento das questões suscitadas pelas partes no curso da demanda, pronunciando-se expressamente sobre as mesmas, sob pena de restarem maculados os arts. 131, 165, 282, III e IV, 283, 286, 333, I, 355, 359, 368, 385, 396, 522, 524, III, 525, todos do CPC.; art. 6º, VIII, da Lei Federal nº 8.078/90; Lei Federal nº 6.404/76 (Lei de Sociedade por Ações); art. 5º, II, XXXV, LIV e LV, 37, *caput*, e 93, IX, da CF/88.

É o relatório.

Independente o feito de pauta, apresento-o à mesa para julgamento, na conformidade do Art. 85, d, do RITJ/PE.

Recife, 04 de junho de 2014.

  
Alberto Nogueira Virgínio  
Desembargador Relator



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

**SEGUNDA CÂMARA CÍVEL**

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0289203-5**

**EMBARGANTE:** TELEMAR NORTE LESTE S/A

**ADVOGADO:** Erik Limongi Sial (OAB/PE 15.178) e outros, conforme Regimento Interno do TJPE – Art. 66, III.

**EMBARGADO:** ROMERO MARANHÃO CARNEIRO

**ADVOGADO:** Marconi Antônio Praxedes Barreto Jr. (OAB/PE 18.503) e outros, conforme Regimento Interno do TJPE – Art. 66, III.

**RELATOR:** DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

**VOTO DO DES. RELATOR**

Como bem consignei no relatório, a parte embargante alega que o acórdão embargado encontra-se omissos por não ter se pronunciado sobre a prescrição à luz da Lei das Sociedades Anônimas e sobre a responsabilidade da União Federal, além de defender a impossibilidade de incidência do CDC.

Cuido, entretanto, não merecer guarida a referida alegação, por terem as matérias, perante as quais o embargante invocou as omissões, sido claramente abordadas quando do julgamento do recurso de apelação, consoante se verifica às fls. 748/752, de onde se extrai, inclusive, a apreciação acompanhada do entendimento jurisprudencial pátrio.


Ainda que, de forma diversa, a matéria trazida a cotejo não tivesse sido fartamente analisada no julgado, a jurisprudência dos nossos tribunais já é consolidada no sentido de que **não é obrigatória a apreciação exaustiva de todos os argumentos levantados pela parte**, bastando que o julgador enfrente a questão principal e suficiente à solução do litígio.

Percebe-se, pois, que a parte embargante utiliza-se dos embargos de declaração para expor o inconformismo com o acórdão embargado e tentar modificar o *decisum* através da atribuição dos efeitos infringentes e consequente revisão do julgado, hipótese inconcebível na estreita via dos aclaratórios, a teor do que dispõe o Art. 535, I e II do Código de Processo Civil.

Ante o exposto, conheço dos presentes embargos, porém **NEGO PROVIMENTO** ao recurso da TELEMAR NORTE LESTE S/A, para manter íntegro o *decisum* atacado, conhecendo apenas para fins de prequestionamento.

É como voto.

Recife, 04 de junho de 2014.

  
Alberto Nogueira Virgínio  
Desembargador Relator